

Edição nº 06/15

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria das Sessões  
Serviço de Jurisprudência

## Boletim informativo

## Decisões TCDF

*O texto apresentado neste informativo constitui-se em um extrato produzido por este Serviço de Jurisprudência sobre o posicionamento do TCDF em matérias abordadas por ocasião do julgamento do processo e que conduziu à decisão referenciada, mas não representa o texto da decisão. Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão e outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados.*

**Sessões dos dias 10 e 12 de março de 2015.****Sumário** *(links)***1. LICITAÇÃO**

- 1.1. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA E SUPERVISÃO MOTORIZADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA. REQUISITOS PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP. DETALHAMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS. ESTIMATIVA DE PREÇOS. PREÇOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. QUANTITATIVO PRÉVIO DE MÃO DE OBRA. HABILITAÇÃO JURÍDICA. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTA, SINDICAL E DE MEDICINA DO TRABALHO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. HABILITAÇÃO TÉCNICA. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIAS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS ESPECÍFICAS PARA O SETOR. PARCELAMENTO DO OBJETO. ECONOMIA DE ESCALA.
- 1.2. LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
- 1.3. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM MOBILIÁRIO URBANO. UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO. SERVIÇO COMUM. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA – POE. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONTRATADA – POC. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. DIVERGÊNCIA ENTRE CUSTO UNITÁRIO CONTRATADO E CUSTO UNITÁRIO EXECUTADO. SUPERFATURAMENTO. REAJUSTAMENTO PERIÓDICO DE PREÇO. PROJETO BÁSICO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL QUANTITATIVA E QUALITATIVA. REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

**2. PESSOAL**

- 2.1. PESSOAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL POSTERIORMENTE CASSADA OU REFORMADA. DECISÃO DESCONSTITUÍDA POR AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. DUPLA CONFORMIDADE ENTRE A SENTENÇA E O ACÓRDÃO. ESTABILIZAÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. BOA-FÉ OBJETIVA.
- 2.2. PESSOAL. APOSENTADORIA. TEMPO DE ATIVIDADE RURAL. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CERTIDÃO DE TEMPO RURAL EXPEDIDA PELO INSS. RATIFICAÇÃO PELO INSS. VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE. *TEMPUS REGIT ACTUM*.
- 2.3. PESSOAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. CESSÃO DE POLICIAL MILITAR. PROCESSO DE AGREGAÇÃO. PAGAMENTO DE VANTAGENS E PROMOÇÕES TÍPICAS DA CARREIRA MILITAR. FALHA DA ADMINISTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. ENCERRAMENTO DA TCE.

### 3. CONTAS

- 3.1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. PREJUÍZO APURADO ABAIXO DO VALOR DE ALÇADA. PROCEDIMENTO SUMÁRIO E ECONÔMICO. NEGOCIAÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.
- 3.2. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. SERVIÇO DE TELEFONIA. CONCESSÃO DE DESCONTO EM ÍNDICE MENOR AO PACTUADO. ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. REPACTUAÇÃO. PREJUÍZO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE TERCEIRO NÃO VINCULADO À ADMINISTRAÇÃO. ENCERRAMENTO DA TCE.
- 3.3. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. LOCUPLETAMENTO INDEVIDO. DOLO.
- 3.4. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. NÃO RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES.
- 3.5. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. LIQUIDAÇÃO DE DESPESA POR FORNECIMENTO DE MATERIAL OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EXECUTOR DO CONTRATO. ATESTADO DE RECEBIMENTO. COMPROVANTE DA ENTREGA OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

### 4. GESTÃO FINANCEIRA

- 4.1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL. REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL. CONFLITO DE NORMAS. SANÇÕES PELA NÃO LIBERAÇÃO TEMPESTIVA DE RECURSOS.

### 5. PROCESSUAL

- 5.1. PROCESSUAL. PARCELAMENTO DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE DE QUITAÇÃO DE DÉBITO EM PARCELA ÚNICA. CARÁTER PEDAGÓGICO E PUNITIVO.
- 5.2. PROCESSUAL. ESTUDOS ESPECIAIS. PREJULGAMENTO DE TESE. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU REGIMENTAL. PROCESSO ABSTRATO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE PARTES PROCESSUAIS.
- 5.3. PROCESSUAL. SOBRESTAMENTO DO JULGAMENTO DOS AUTOS. SEGURANÇA JURÍDICA. ECONOMIA PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JUDICIAL.
- 5.4. PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. FASE INTERNA. APRECIAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. GARANTIA DO RESPONSABILIZADO.
- 5.5. PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD. CONTROLE ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO.
- 5.6. PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. PRESCRIÇÃO.

# 1. LICITAÇÃO

## 1.1. DECISÃO Nº 698/2015. PROCESSO Nº 31726/2014.

LICITAÇÃO. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA E SUPERVISÃO MOTORIZADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA. REQUISITOS PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP. DETALHAMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS. ESTIMATIVA DE PREÇOS. PREÇOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. QUANTITATIVO PRÉVIO DE MÃO DE OBRA. HABILITAÇÃO JURÍDICA. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTA, SINDICAL E DE MEDICINA DO TRABALHO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. HABILITAÇÃO TÉCNICA. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIAS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS ESPECÍFICAS PARA O SETOR. PARCELAMENTO DO OBJETO. ECONOMIA DE ESCALA.

1. 'O rol descrito nos incisos do artigo 3º do [Decreto nº 34.509/2013](#), considerando as condicionantes ali previstas, deve ser entendido como contendo as várias hipóteses que, *de per si*, darão ensejo à aplicação do SRP.'

*Nota SEJUR:* O [Decreto distrital nº 36.519](#), de 28.5.2015, revogou o [Decreto distrital nº 34.509/2013](#), mas manteve, em seu art. 3º, as mesmas condições antes previstas.

2. A demonstração do cumprimento de obrigações ordinárias, de toda e qualquer empresa, de ordem trabalhista, sindical e de medicina do trabalho, na fase de habilitação jurídica de procedimento licitatório, tais como apresentação de certidão de regularidade sindical e comprovante de inscrição no programa de alimentação do Trabalhador – PAT, não encontra respaldo na legislação, configurando restrição à ampla competitividade do certame.

3. Admite-se a exigência, ainda na fase de habilitação técnica, de demonstração do cumprimento de obrigações legais específicas, convergentes com o objeto social das empresas do ramo objeto da licitação, com vistas a resguardar a regular execução do futuro contrato, cuja eficácia poderia ser comprometida na hipótese de a vencedora não obter dos órgãos competentes as autorizações devidas (tais como autorização de funcionamento das estações móveis e fixas de sistemas de rádio de comunicação emitida pela ANATEL e Certificado de Registro de autorização para compra de produtos controlados – arma não letal, expedida pelo Ministério de Defesa/Exército Brasileiro).

4. 'A norma do art. 23, § 1º, da [Lei nº 8.666/93](#) não permite extrair, incondicionalmente, como regra absoluta, o parcelamento nas licitações, conquanto expressamente exige, em sua última figura, que se preserve a economia de escala'.

5. 'O número de lotes – *de per si* – não deve ser a única variável a ser considerada para a análise da necessidade de fracionamento do objeto, mas, ao revés, deve-se ter em mente todos os aspectos envolvidos no certame, como sua magnitude e relevância, em termos globais, para daí colher os elementos que autorizam verificar o cumprimento da norma legal aplicável ao caso'.

Decisão por unanimidade.

## 1.2. DECISÃO Nº 720/2015. PROCESSO Nº 366/2015.

LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Em licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Decisão por unanimidade.

*Nota SEJUR:* O [Decreto distrital nº 36.519](#), de 28.5.2015, revogou o [Decreto distrital nº 34.509/2013](#), mas manteve, em seu art. 11, § 3º, as mesmas condições antes previstas.

[voltar sumário](#)

**1.3. DECISÃO Nº 738/2015. PROCESSO Nº 30169/2014-e.**

LICITAÇÃO. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM MOBILIÁRIO URBANO. UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO. SERVIÇO COMUM. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA – POE. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONTRATADA – POC. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. DIVERGÊNCIA ENTRE CUSTO UNITÁRIO CONTRATADO E CUSTO UNITÁRIO EXECUTADO. SUPERFATURAMENTO. REAJUSTAMENTO PERIÓDICO DE PREÇO. PROJETO BÁSICO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL QUANTITATIVA E QUALITATIVA. REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

***‘Nas licitações cujo objeto seja a execução de serviço de manutenção em mobiliário urbano, considerando o disposto no § 2º do art. 7º, c/c o § 2º do art. 40 da Lei nº 8.666/93 e a dificuldade de orçamentação de todos os serviços a serem executados’:***

1. “Não constitui desobediência ao comando normativo e às determinações do TCDF a diferença entre a Planilha de Orçamento Estimativa, em suas quantidades de itens e custo unitário total, e a Planilha de Orçamento efetivamente executada, desde que respeitadas as condicionantes previstas na Lei nº 8.666/1993;”
  2. “O custo unitário a ser praticado durante a execução do contrato deverá considerar os termos constantes do Contrato firmado inicialmente (tendo por base a Planilha Orçamentária Contratada – POC), bem como dos eventuais Termos a serem pactuados ao longo da vigência do ajuste (de Aditamento ou de Apostilamento), em razão de reajustamentos periódicos de preço (nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93) e de reequilíbrios econômico-financeiros (conforme previsto no art. 65, inciso II, alínea “d”, § 5º e § 6º, da Lei de Licitação e Contratos);”
  3. “Não existe previsão legal para divergências entre os custos unitários contratados e os executados, ressalvados os reajustamentos periódicos de preços e os reequilíbrios econômico-financeiros;”
  4. ‘São admissíveis divergências entre as quantidades executadas e estimadas, todavia, a imprecisão prévia do que será alcançado pelos serviços de manutenção não constitui escusa para reduzir as exigências legais atinentes ao projeto básico;’
  5. “Nenhuma licitação para obras e serviços no regime da Lei nº 8.666/93 pode ser realizada sem a existência ao menos do projeto básico (ou equivalente, quando o objeto não envolver atividade de engenharia);”
  6. ‘O projeto básico deve conter orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos de insumos devidamente avaliados;’
- Precedentes TCDF: Decisões nºs 408/2015, 5987/2014, 5057/2014, 2691/2014, 2344/2014, 1802/2014, 933/2014, 68/2014, 27/2014-ORD, 6038/2013, 4782/2013, 4737/2013, 4427/2013, 2472/2013, 1397/2013, 1109/2013, 355/2013 e 184/2013.*
7. Para elaboração do orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários da obra ou serviço licitado é necessário observar as disposições constantes no inciso IX, alínea “f”, do art. 6º, § 2º, inciso II, do art. 7º e § 2º, inciso II, do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

***Quanto à forma de contratação e às de alterações contratuais, tanto quantitativas quanto qualitativas:***

1. A modalidade de licitação Pregão pode ser adotada para a contratação de serviço de manutenção de mobiliário urbano, ainda que haja fornecimento de materiais, observadas as condicionantes da Decisão TCDF nº 2642/2014, item II.
2. “A manutenção de mobiliário público pode se dar mediante a contratação de empresa do ramo de construção civil para contratação dos serviços de manutenção predial preventiva, corretiva e de serviços eventuais, emergenciais ou urgentes, com fornecimento de materiais, sempre que necessário (sob demanda), sob regime de empreitada por preço unitário, para atender às demandas existentes ou que venham a ocorrer;”

[voltar sumário](#)

3. “Em caso de divergência entre os quantitativos previstos e os executados, cabem alterações contratuais, nos termos do art. 65 da [Lei nº 8.666/93](#). Porém, ao realizar essas alterações contratuais, o administrador público deve atentar para os seguintes aspectos:

a) em todos os casos, para qualquer percentual, as modificações contratuais devem decorrer, sempre, de situações imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos da lei, ou seja, eventos que, por sua natureza, não se anteviam previamente à contratação;

b) alterações contratuais não podem suprimir a vantagem econômica inicialmente obtida pela Administração (“jogo de planilha”);

*Precedentes TCDF : Decisões nºs [6286/2014](#) e [5934/2014](#).*

c) caso a alteração contratual se refira a acréscimos e supressões simultâneas, não pode haver compensação entre ambas, sob pena de desvirtuação do objeto contratado; devem ser aplicados os limites individuais (25% ou 50%, conforme o caso) tanto para acréscimos quanto para supressões, de forma global em relação ao valor inicial do contrato, devidamente atualizado;

d) nos casos de modificações contratuais legítimas, tanto as alterações contratuais quantitativas quanto as qualitativas estão sujeitas aos limites preestabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 65 da [Lei n.º 8.666/93](#), podendo tais limites serem ultrapassados, excepcionalmente, apenas no caso de alterações consensuais qualitativas, desde que observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratado, e contanto que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos:

i) não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;

ii) não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;

iii) decorrer de fatos supervenientes que impliquem dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

iv) não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

v) ser necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes.”

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [6286/2014](#), [5934/2014](#) e [4548/2013](#).*

4. ‘O percentual de acréscimo ou supressão deve incidir sobre o valor atualizado do contrato, observadas as condicionantes listadas no item “3” acima’.

Decisão por unanimidade.

**Nota SEJUR:**

*A presente decisão foi proferida em autos de Consulta e possui caráter normativo.*

*Outras teses que embasam a decisão plenária, mas que dela não constam explicitamente:*

1. ‘A licitante que considere não estarem contemplados na Planilha Orçamentária Estimativa – POE, entendida como aquela elaborada pela Administração, todos os insumos necessários à execução contratual do objeto, deve impugnar o edital, a fim de permitir sua correção antes de o contrato ser celebrado’;

2. ‘A Planilha Orçamentária Contratada – POC deve contemplar os mesmos itens/serviços estimados pela Administração (e apenas aqueles previstos inicialmente), não podendo ser acrescentadas ou suprimidas atividades indicadas no orçamento estimativo por iniciativa da licitante, cabendo apenas a alteração dos custos unitários dos serviços constantes da planilha’.

[voltar sumário](#)



## 2. PESSOAL

### 2.1. [DECISÃO Nº 661/2015](#). PROCESSO Nº 22875/2014.

PESSOAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL POSTERIORMENTE CASSADA OU REFORMADA. DECISÃO DESCONSTITUÍDA POR AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. DUPLA CONFORMIDADE ENTRE A SENTENÇA E O ACÓRDÃO. ESTABILIZAÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. BOA-FÉ OBJETIVA.

“As quantias indevidamente percebidas por servidores (ativos ou inativos) e pensionistas em virtude de decisão judicial estão sujeitas à repetição, salvo se o pagamento tiver sido decorrente de: 1) decisão judicial transitada em julgado, mas desconstituída por força de ação rescisória (ou qualquer outra modalidade de demanda que revogue ou torne sem efeito a decisão original); 2) sentença confirmada em segunda instância (dupla conformidade, portanto), mas reformada por um dos Tribunais Superiores, quando da análise do Recurso Especial ou do Recurso Extraordinário”.

Decisão por unanimidade.

### 2.2. [DECISÃO Nº 700/2015](#). PROCESSO Nº 6792/1993.

PESSOAL. APOSENTADORIA. TEMPO DE ATIVIDADE RURAL. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CERTIDÃO DE TEMPO RURAL EXPEDIDA PELO INSS. RATIFICAÇÃO PELO INSS. VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE. *TEMPUS REGIT ACTUM*.

Considera-se excepcionalmente certificado o tempo de atividade rural de servidor, ainda que ausente o pagamento das contribuições correspondentes, comprovado por meio de certidão expedida pelo INSS durante a vigência da redação original do art. 96 da [Lei nº 8213/1991](#), sem indícios de irregularidade e implicitamente ratificada pelo órgão previdenciário, em homenagem ao princípio *tempus regit actum*.

*Precedente TCDF: Decisões nºs* [539/2004](#), [4893/2003](#) e [2885/2003](#).

Decisão por unanimidade.

### 2.3. [DECISÃO Nº 770/2015](#). PROCESSO Nº 5629/2013.

PESSOAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. CESSÃO DE POLICIAL MILITAR. PROCESSO DE AGREGAÇÃO. PAGAMENTO DE VANTAGENS E PROMOÇÕES TÍPICAS DA CARREIRA MILITAR. FALHA DA ADMINISTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. ENCERRAMENTO DA TCE.

1. A cessão de policial militar deve enquadrar-se nas hipóteses previstas no artigo 77 da [Lei federal nº 7.289/1984](#), com observância do artigo 6º da [Lei federal nº 10.486/2002](#).

*Precedentes TCDF: Decisões nºs* [264/2015](#), [4121/2013](#) e [3989/213](#).

2. A cessão irregular de militar, ocorrida em razão de decisão de superior hierárquico e de falha exclusiva da Administração, não enseja responsabilidade pela devolução dos valores percebidos, cujo prejuízo deve ser absorvido pelo erário, encerrando-se a tomada de contas especial.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs* [264/2015](#), [4634/2014](#), [4570/2014](#), [4246/2014](#), [3647/2014](#), [3960/2014](#), [3840/2014](#), [1210/2014](#), [1623/2014](#), [1455/2014](#), [1362/2014](#), [1359/2014](#), [1268/2014](#), [1209/2014](#), [5884/2013](#), [5882/2013](#), [4300/2013](#), [4121/2013](#), [3989/2013](#), [3647/2013](#), [3887/2013](#), [5451/2012](#) e [6157/2011](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

## 3. CONTAS

### 3.1. [DECISÃO Nº 604/2015](#). PROCESSO Nº 9538/2008.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. PREJUÍZO APURADO ABAIXO DO VALOR DE ALÇADA. PROCEDIMENTO SUMÁRIO E ECONÔMICO. NEGOCIAÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.

1. Devem ser adotados procedimentos sumários e econômicos de apuração de responsabilidade e recomposição do patrimônio público no caso de TCE cujo prejuízo estimado estiver abaixo do valor de alçada, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório aos envolvidos, sempre com ênfase em negociação para ressarcimento ao erário. (Resolução TCDF nº [181/2007](#)).

2. No caso do item precedente, a TCE deve tramitar somente no âmbito interno do órgão ou entidade responsável pelas apurações, fazendo-se o devido registro no demonstrativo de que trata o art. 14 da Resolução TCDF nº [102/1998](#).

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [439/2015](#), [182/2015](#), [4608/2014](#) e [6006/2013](#).*

Decisão por unanimidade.

### 3.2. [DECISÃO Nº 650/2015](#). PROCESSO Nº 22303/2010.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. SERVIÇO DE TELEFONIA. CONCESSÃO DE DESCONTO EM ÍNDICE MENOR AO PACTUADO. ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. REPACTUAÇÃO. PREJUÍZO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE TERCEIRO NÃO VINCULADO À ADMINISTRAÇÃO. ENCERRAMENTO DA TCE.

1. Configura prejuízo ao erário a alteração unilateral no modo de tarifação de contrato de prestação de serviço de telefonia, promovida pela operadora sob o fundamento de preservação da equação econômico-financeira do ajuste, sendo a repactuação, através da composição das partes, o instrumento legalmente previsto para revisão dos custos da contratação.

2. Consideram-se encerradas as tomadas de contas especiais cujas apurações concluírem ser a responsabilidade pelo ressarcimento exclusivamente de terceiros não vinculados à Administração Pública, nos termos do § 1º do art. 13 da [Resolução TCDF nº 102/1998](#), devendo ser adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [434/2015](#), [1930/2014](#), [1440/2014](#), [1332/2014](#), [3190/2013](#) e [509/2011](#).*

Decisão por unanimidade.

### 3.3. [DECISÃO Nº 768/2015](#). PROCESSO Nº 27814/2011.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. LOCUPLETAMENTO INDEVIDO. DOLO.

Constatado que o militar locupletou-se de valores decorrentes do benefício de indenização de transporte, resta configurado o dolo.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [767/2015](#), [765/2015](#), [763/2015](#), [761/2015](#) e [706/2015](#).*

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

**3.4. DECISÃO Nº 746/2015. PROCESSO Nº 6293/2013.**

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. NÃO RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES.

Os gestores não devem ser responsabilizados pelas irregularidades na concessão das indenizações de transporte, caso não se tenha caracterizado conduta dolosa e benefício próprio, cabendo a citação apenas do beneficiário.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [744/2015](#), [104/2015](#), [6271/2014](#), [1834/2014](#), [1062/2014](#), [954/2014](#), [659/2014](#), [658/2014](#), [654/2014](#), [653/2014](#), [652/2014](#), [651/2014](#), [637/2014](#), [429/2014](#), [103/2014](#), [102/2014](#), [101/2014](#), [5894/2013](#), [5893/2013](#), [5892/2013](#), [5799/2013](#), [5798/2013](#), [5794/2013](#), [5789/2013](#), [5788/2013](#) e [5782/2013](#).*

Decisão por unanimidade.

**3.5. DECISÃO Nº 760/2015. PROCESSO Nº 7218/2010.**

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. LIQUIDAÇÃO DE DESPESA POR FORNECIMENTO DE MATERIAL OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EXECUTOR DO CONTRATO. ATESTADO DE RECEBIMENTO. COMPROVANTE DA ENTREGA OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

‘Para a liquidação de despesa por fornecimento de material ou prestação de serviços, o atestado de recebimento na via do documento fiscal próprio deve ser acompanhado dos comprovantes da efetiva entrega e recebimento de material, de prestação do serviço ou da execução da obra, sob pena de responsabilidade solidária por eventuais prejuízos causados ao erário’. (Art. 61 do [Decreto distrital nº 32.598/2010](#) e [Portaria SEPLAG nº 222/2010](#)).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)



## 4. GESTÃO FINANCEIRA

### 4.1. [DECISÃO Nº 663/2015](#). PROCESSO Nº 26447/2014-e.

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL. REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL. CONFLITO DE NORMAS. SANÇÕES PELA NÃO LIBERAÇÃO TEMPESTIVA DE RECURSOS.

1. O regime especial de pagamento de precatórios, estabelecido pela [Emenda Constitucional nº 62/2009](#) e regulamentado pelo Decreto distrital nº 31.398/2010, continua em vigor até o pronunciamento definitivo do STF quanto à modulação dos efeitos das declarações de inconstitucionalidades proferidas nas ADIs nºs [4.357](#) e [4.425](#).

2. Enquanto estiver vigente o regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo art. 97 do [ADCT](#), dispensa-se a verificação do cumprimento da [Lei Complementar distrital nº 666/2002](#), mormente seu art. 3º.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [3672/2014](#), [1962/2013](#) e [6110/2013](#).*

3. O atraso nos depósitos de recursos destinados aos pagamentos de precatórios judiciais sujeita o Governo do Distrito Federal às sanções previstas no § 10 do art. 97 do [ADCT](#), dentre as quais: **(i)** sequestro de quantias em contas bancárias; **(ii)** impedimento para contrair empréstimo e para receber transferências voluntárias; **(iii)** retenção, pela União, de repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios; e **(iv)** possibilidade de o chefe do Poder Executivo responder por improbidade administrativa.

Decisão por unanimidade.

*Nota SEJUR: O STF concluiu o julgamento da [ADI 4.425](#), em 25.3.2015, e modulou os efeitos das ADIs nºs [4.357](#) e [4.425](#) “... para manter a vigência do regime especial de pagamento de precatórios instituído pela [Emenda Constitucional nº 62/2009](#) por 5 (cinco) exercícios financeiros a contar de primeiro de janeiro de 2016.”*

[voltar sumário](#)

## 5. PROCESSUAL

### 5.1. [DECISÃO Nº 649/2015](#). PROCESSO Nº 17741/2010.

PROCESSUAL. PARCELAMENTO DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE DE QUITAÇÃO DE DÉBITO EM PARCELA ÚNICA. CARÁTER PEDAGÓGICO E PUNITIVO.

1. O deferimento de parcelamento de multa ou de débito pelo Tribunal é medida facultativa, na forma regulamentada no artigo 27 da [LOTCDF](#), dos artigos 179 e 180 do [RI/TCDF](#) e da [Emenda Regimental nº 13/2003](#).

2. A impossibilidade de quitação do valor do débito em parcela única deve ser comprovada pelo requerente para justificar a concessão do benefício do parcelamento.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [6258/2014](#), [5661/2014](#), [2912/2014](#) e [2406/2014](#).*

3. O deferimento de fracionamento da multa deve considerar a capacidade de pagamento do devedor e o montante de sua remuneração, sem, todavia, comprometer o caráter pedagógico e punitivo da medida.

Decisão por unanimidade.

### 5.2. [DECISÃO Nº 652/2015](#). PROCESSO Nº 12433/2013.

PROCESSUAL. ESTUDOS ESPECIAIS. PREJULGAMENTO DE TESE. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU REGIMENTAL. PROCESSO ABSTRATÓ. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE PARTES PROCESSUAIS.

A falta de previsão legal ou regimental para interposição de recurso contra decisão proferida em autos de Estudos Especiais, salvo em situações excepcionais, impede o conhecimento de recurso, não havendo que se falar em violação ao contraditório ou ampla defesa, por ausência de partes materiais no processo.

*Precedente TCDF: [Decisão nº 6101/2014](#) (referente a processo de Consulta).*

Decisão por unanimidade.

### 5.3. [DECISÃO Nº 664/2015](#). PROCESSO Nº 26757/2014-e.

PROCESSUAL. SOBRESTAMENTO DO JULGAMENTO DOS AUTOS. SEGURANÇA JURÍDICA. ECONOMIA PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JUDICIAL.

Admite-se o sobrestamento do julgamento dos autos fundamentado na preservação da segurança jurídica e da economia processual, quando os efeitos da decisão invocada para subsidiar a pretensão encontram-se suspensos por força de decisão antecipatória de tutela.

*Precedente TCDF: [Decisão nº 671/2015](#) e [5899/2014](#).*

Decisão por unanimidade.

*Nota SEJUR: ver Processo TJDFT nº [2014.01.1.109071-7](#). Decisão proferida em 22.07.2014.*

### 5.4. [DECISÃO Nº 667/2015](#). PROCESSO Nº 11059/2007.

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. FASE INTERNA. APRECIÇÃO DO CONTROLE EXTERNO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. GARANTIA DO RESPONSABILIZADO.

Os autos de TCE, após apreciação da fase interna, constatado que o valor do dano apurado encontra-se acima do de alçada estabelecido pelo TCDF, devem ser encaminhados ao Tribunal de Contas para exame e deslinde do processo, não sendo admissível a interposição de ação judicial de indenização diretamente pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal sem a devida apreciação do controle externo. ([Resolução TCDF nº 102/1998](#)).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

**5.5. DECISÃO Nº 702/2015. PROCESSO Nº 1949/2004.**

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD. CONTROLE ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO.

No exercício do Controle Externo, falece competência ao Tribunal de Contas para determinar a instauração de processo administrativo disciplinar ou manifestar-se sobre o seu mérito, podendo, todavia, dele valer-se para subsidiar suas decisões.

*Precedentes:* **TCDF:** Decisões nºs [5421/2014](#), [5225/2014](#), [6311/2013](#) e [6212/2005](#); **TCU:** Acórdãos nºs [2906/2009-P](#), [104/2009-P](#), [495/2008-P](#) e [1922/2008-2ª Câmara](#).

Decisão por maioria.

**5.6. DECISÃO Nº 768/2015. PROCESSO Nº 27814/2011.**

PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DE MILITAR PARA A INATIVIDADE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. PRESCRIÇÃO.

O direito de a Administração buscar o devido ressarcimento de dívidas decorrentes de eventuais prejuízos causados ao erário não se encontra atingido pelo princípio da prescrição, a teor do disposto no art. 37, § 5º, *in fine*, da [Constituição Federal](#).

*Precedentes TCDF:* Decisões nºs [650/2015](#), [384/2015](#), [6188/2014](#), [5982/2014](#), [5378/2014](#), [5383/2014](#), [4112/2014](#), [2934/2014](#), [2469/2014](#), [2430/2014](#), [2188/2014](#), [1310/2014](#), [612/2014](#), [6127/2013](#), [5752/2013](#), [5678/2013](#), [5663/2013](#), [5598/2013](#), [6657/2006](#), [3038/1999](#) e [5374/1998](#).

[voltar sumário](#)